



# B O L E T I M Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano I - Nº 4. NOV/DEZ 2006

## Editorial

Chegamos ao mês de dezembro. Tem po de comemorações. O Natal está logo ali, a grande experiência da Libertação! Como não lembrar dos passos que camponesas e camponeses dão nesta direção? O ano foi repleto de intensas crises e de forte expressão da vontade popular. A reeleição de Lula é um sinal de que ninguém quer de volta o modelo de desenvolvimento fundado no Neoliberalismo, nas privatizações, na derrota do projeto democrático e popular. As urnas falaram alto e o desejo de um Brasil soberano, democrático, popular está expresso. Há um repúdio à criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Há a expressão de uma vontade de um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e capaz de superar os mecanismos geradores das desigualdades. Na região do Submédio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia, há uma história que precisa ser contada e recontada, uma conquista inédita que chegou a se afirmar como um movimento social camponês *sui generis*. Trata-se da conquista de **terra por terra na beira do lago**. Camponeses atingidos pela Barragem de Itaparica promoveram uma vitória inédita. Organizados por meio do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA conquistaram um Acordo que dava garantias para um novo modelo de ocupação de terras. Antes, as companhias que faziam as barragens apenas davam alguma compensação financeira e expulsavam as populações. A partir de **6 de dezembro de 1986** isto não foi mais possível. Até o Banco Mundial modificou sua estratégia de financiamentos de barragens. A ordem passou a ser: terra por terra. As pessoas têm o direito de serem realocadas e recomponem suas estruturas produtivas. Um direito foi afirmado, foi conquistado: o do reassentamento irrigado no sertão. Por isso, este número do Boletim Trabalhadores Rurais e Direitos é dedicado a essa vitória, a essa conquista. Ainda há muito por se fazer, apesar de 20 anos de conquista. Uma conquista, dentre outras, que deu origem, também, ao Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB). Uma história que serve para reflexão. **Boa Leitura!**

## Sem-Terras criticam lentidão do Incra em PE

Em 21 de novembro o MST de Pernambuco realizou uma série de atos e ocupações de terras em todo o estado. As mobilizações se concentraram em áreas consideradas prioritárias pelo Movimento e que ainda não foram atendidas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ao todo foram três ocupações de terras, quatro bloqueios de rodovias federais e um ato público.

Logo no início da manhã, cerca de 120 famílias de agricultores sem-terras ocuparam a Fazenda Uberaba, no município de Bonito, região agreste do estado. A fazenda possui 525 hectares e apesar de ser reivindicada pelo MST há anos e de já ter sido ocupada em outra ocasião, o Incra não realizou a vistoria da área. No município de Xexéu, zona da mata sul, 150 famílias sem-terra ocuparam a Fazenda Cavaco. A área de 490 hectares já foi vistoriada e desapropriada pelo Incra para fins de reforma agrária, mas os supostos proprietários recorreram da decisão e o processo continua tramitando na Justiça.

A Fazenda Papagaio, no município de São Caetano, no agreste, também já foi ocupada anteriormente pelo MST e é reivindicada para fins de Reforma Agrária há mais de três anos. Foi novamente ocupada por cerca de 50 famílias de agricultores sem-terra.

Aproximadamente 200 famílias de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra do Assentamento Serraria, no município de Moreno, região metropolitana do Recife, e de outros assentamentos do MST na região, bloquearam a BR 232. Eles protestaram contra a compra ilegal de um lote dentro do assentamento

e o despejo das famílias acampadas nesse lote.

O MST bloqueou ainda a BR 101 em três trechos: no município de Escada, região metropolitana do Recife; em Igarassú, altura de Pasmado; e no município de Goiânia. Todas essas regiões possuem áreas consideradas prioritárias para a Reforma Agrária em Pernambuco.

### Dez anos de promessas

Dezenas de trabalhadores sem-terra realizaram um ato público no município de Condado (PE) cobrando o assentamento das cem famílias que estão acampadas há mais de 12 anos no Engenho Bonito. A área, do Grupo João Santos, foi vistoriada e considerada improduti-va pelo Incra desde setembro de 1996, mas o grupo entrou com ação no Tribunal Regional Federal (TRF) pedindo reclassificação fundiária, alegando que na área existia uma plantação de bambu. Em 2004 foi feita nova vistoria, dessa vez por um perito da Justiça, que comprovou o laudo de improdutividade do Instituto. Mas na sentença o laudo do perito não foi levado em conta e o processo continua em andamento, sem definição até hoje.

A superintendente regional do Incra em Pernambuco, Maria Oliveira, reuniu-se com a coordenação do MST no estado para discutir as principais pendências do órgão com o Movimento e as soluções possíveis ainda neste ano.

Fonte: MST



## Trabalhadores e transferência de gestão



Priscila Chagas

Nos dias 20 e 21 de novembro, no Centro Comunitário Diocesano de Glória (BA), foi realizado o Seminário de Transferência de Gestão. A transferência de gestão terá início, como projeto piloto, nos projetos de reassentamento irrigado nos municípios de Orocó (PE) e Glória (BA).

Atualmente os projetos irrigados são geridos pela Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) através do Acordo Assumido em 1986 entre o Pólo Sindical e a Chesf. O Acordo determinava que a transferência seria realizada após a conclusão de todos os reassentamentos, quando todas as famílias teriam suas terras e condições de sobrevivência asseguradas. Porém, 20 anos após o Acordo, ainda não foram cumpridas as metas. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais luta para que o Acordo seja cumprido e que a transferência de gestão aconteça sem ônus para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais.

No Seminário estiveram presentes os sindicatos de trabalhadores rurais de Santa Maria da Boa Vista (PE), Orocó (PE), Petrolândia (PE) Glória (BA), Rodelas (BA), Curaça (BA), Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, Fetape, Contag, AATR, Terra e Direitos e KOINONIA.

Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco e Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

## Usina multada por descumprir legislação

A Usina Vale do Ivaí, no município de São Pedro do Ivaí, no Paraná, foi multada em novembro pelo Ministério do Trabalho por descumprimento da legislação trabalhista dos assalariados rurais da cana. A fiscalização surpreendeu 450 pessoas trabalhando sem registro de trabalho e autuou a empresa pelas ilegalidades constatadas.

Além da falta de registro dos funcionários, a fiscalização constatou irregularidades no pagamento de adicional noturno aos trabalhadores da Usina, regularizado após o pagamento aos trabalhadores prejudicados no valor de 300 mil reais. A empresa foi obrigada a firmar um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e regularizar a situação dos trabalhadores, e deverá pagar indenização por dano moral coletivo, no valor de aproximadamente 100 mil reais. A quantia será convertida na doação de uma camioneta, computador e impressora portáteis, GPS e câmera digital à Delegacia Regional do Trabalho, equipamentos esses que serão usados exclusivamente para fiscalização de denúncias de violação de legislação trabalhista e trabalho escravo no estado.

A operação de fiscalização da Procuradoria do Trabalho, juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho, gerou para a Usina um desembolso de, aproximadamente, 700 mil reais, entre multas e pagamentos aos trabalhadores.

Fonte: CPT

**Caso não é fato isolado, diz CPT**  
Segundo a Comissão Pastoral da Terra, o caso da Usina de São Pedro do Ivaí não é um fato isolado: como tem sido amplamente denunciado, a expansão da cana-de-açúcar tem acarretado inúmeras consequências negativas para os direitos dos trabalhadores e para o meio ambiente. A CPT acredita que a prática de violação de direitos trabalhistas e de flexibilização do cumprimento da legislação é regra entre as empresas do ramo sucro-alcooleiro, as quais, inclusive, têm apoiado os seus vastos lucros na exploração indiscriminada dos trabalhadores e no desrespeito à legislação ambiental. Sendo assim, várias outras irregularidades têm sido insistentemente denunciadas ao Ministério do Trabalho e aos demais órgãos responsáveis.

A CPT espera que os prejuízos sociais e ambientais da expansão da cana sejam fiscalizados e punidos com o fim de coibir essas práticas que têm levado muitos trabalhadores à morte, inclusive. A situação tem sido discutida em seminários e reuniões da CPT, já que o agronegócio da cana tem se expandido de forma exorbitante, principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná (respectivamente o primeiro e o segundo maior produtor de cana do país).

Espera-se que essas multas, revertidas em equipamentos, dêem condições para que todas as denúncias sejam averiguadas pelo órgão responsável. É inadmissível e revoltante que essa situação continue ocorrendo de forma impune em nosso país.

Curitiba-Paraná-Brasil, 08 de novembro de 2006.  
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO PARANÁ

## Criminalização dos movimentos sociais denunciada à OEA

Preocupados com a constante criminalização sofrida pelos movimentos sociais por parte de instituições como o poder judiciário, a imprensa e a polícia, entidades populares brasileiras, através do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), elaboraram um relatório a pedido da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH). O documento foi apresentando em audiência pública da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA), em outubro deste ano. Junto com o Brasil, mais nove países fizeram relatos semelhantes à OEA.

Atualmente, 130 ativistas respondem processos judiciais - apenas entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o de Mulheres Camponesas (MMC) e o dos Atingidos por Barragens (MAB). Com a denúncia internacional, os movimentos esperam por

justiça no Brasil. É o que explica a coordenadora do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Rosiana Queiroz: "Foi um processo que vem de algum tempo. Uma forma de barrar a luta dos movimentos pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais tem sido criminalizá-los. Então esta é uma forma de resistência. Já que não estamos conseguindo repercutir isto no Brasil, a denúncia internacional é neste momento estratégica para que possamos ser ouvidos aqui dentro".

O MNDH pretende lançar o relatório oficialmente no Brasil no final de novembro, durante o Seminário Internacional do Processo de Articulação e Diálogo (PAD), que acontece em Salvador (BA).

Fonte: MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)

**BOLETIM**  
**Trabalhadores Rurais**  
**& Direitos**

Esperamos sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre o boletim.

**E-eletrônico para:**  
trd@koinonia.org.br

**Cartas para:**  
Programa Trabalhadores Rurais e Direitos  
Rua Santo Amaro, 129 - Glória  
22211-230 Rio de Janeiro/RJ

## Camponeses e Indígenas são tema de evento argentino

Mais de mil pessoas de toda a Argentina participaram de debates durante as Jornadas de 28 a 30 de outubro na Cidade Universitária de Mendoza. O evento abordou a problemática das famílias do setor rural e indígena e a definição das linhas comuns de reivindicação e resistência ao modelo agroexportador vigente. As comunidades camponesas e indígenas vivem diariamente as queimadas e derrubadas de árvores; o avanço da desertificação; a contaminação da água; os despejos violentos e fraudulentos de famílias camponesas e indígenas; a exploração de companheiros; o êxodo para as cidades; o uso indiscriminado de agrotóxico; o desgaste dos solos; as inundações como consequência da erosão; a concentração de terras; e a falta de acesso a uma alimentação básica, que atinge milhões de argentinos.

O encontro foi convocado pelos movimentos nacionais camponês e indígena em parceria com o Movimento Campesino Missionário, o MOCASE, o Movimento Campesino de Córdoba, a União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mendoza, a União de Jovens Campesinos de Cuyo, A Rede Puna de Jujuy e o Encontro Calchaquí de Salta.

No final do evento foram realizadas diversas manifestações em diferentes partes da cidade, diante de entidades públicas e privadas.

Fonte: *La Via Campesina*

## Senado prorroga MP da aposentadoria rural

O Senado Federal aprovou, por mais dois anos, a prorrogação do direito de requerer aposentadoria por idade mediante comprovação de atividade rural. A Medida Provisória 312/2006 garante o benefício mesmo sem o recolhimento prévio de contribuições previdenciárias. Segundo o presidente da Contag, Manoel dos Santos, durante dois anos será feito um processo de aprofundamento e construção de proposta constitucional para tornar o direito definitivo. “É importante que esses dois anos tenham sido aprovados no Senado, mas não está tudo resolvido. Precisamos de imediato correr atrás da construção dessa proposta, para que a conquista seja definitiva e traga segurança”, afirmou Manoel dos Santos. O presidente da Contag afirmou que a prorrogação representa uma vitória dos assalariados no campo. “Sem dúvida. Se não fosse a aprovação da MP, trabalhadores e trabalhadoras rurais já teriam perdido o direito de se aposentar com justificativa de atividade desde o mês de julho deste ano. Agora, teremos fôlego para construir uma proposta definitiva”, concluiu Manoel.

Fonte: Contag (Agência Contag de Notícias)

## Artigo

### Entre 1986 e 2006...às margens do São Francisco

Na segunda metade dos anos de 1970, nasce a atual coordenadora do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA (Pólo), na cidade baiana de Rodelas. Uma cidade ribeirinha que, como seis outras, teve sua vida alterada pela construção da Barragem de Itaparica, lago artificial da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica). Ela mesma sofreu as consequências. Criança ainda, migrou com os pais para a nova cidade de Rodelas, construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em reparação aos danos sociais criados pela obra. Os pais eram reassentados. Naquela ocasião, 1987, a posse da terra era exclusivamente dos homens. Os lotes ainda seriam irrigados. Até que o fossem os agricultores deveriam abster-se de produzir. Os camponeses sertanejos irrigantes receberiam uma *verba de manutenção temporária (VMT)*, ao redor de 2,5 salários mínimos, até que a produção alcançasse, pelo menos, os níveis anteriores ao deslocamento compulsório que tiveram como resultado da construção da Barragem.

Estas e outras situações não se deram graças a uma decisão de política governamental, fruto de boa governança. Itaparica foi construída ainda durante o regime da Ditadura Militar. Fazia parte do projeto de desenvolvimento que previa a disponibilidade de energia para as indústrias eletrointensivas na região Nordeste e Centro Oeste. Vinha na sequência de desastres socioambientais, como o caso exemplar de Sobradinho. Durante quase uma década antes de a Barragem ser construída as camponesas e camponeses da região se mobilizaram e se organizaram. Com o apoio da Comissão de Pastoral da Terra formaram oposições sindicais nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região. Constituíram o Pólo, que primeiro se organizou como Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Conseguiram, com muita luta, acesso às informações sobre os processos de deslocamento compulsório que ocorreriam – como de fato aconteceu – com a construção da Barragem.

Em dezembro de 1986, milhares de homens, mulheres e crianças ocuparam o principal canteiro de obras de Itaparica. Paralisaram as obras por vários dias. Conquistaram, a 6 de dezembro daquele ano, o *Acordo* que assegurava direitos fundamentais para camponesas e camponeses que seriam afetados pela obra do governo federal, realizada pela Chesf. Justamente, o acesso à terra irrigada

(terra por terra, na beira do lago), a *VMT*, o restabelecimento das condições de produção, ATER (Assistência técnica e Extensão Rural) e etc. Estas foram **conquistas das camponesas e camponeses**. Hoje, 20 anos depois do Acordo, o governo federal já utilizou mais de 2 bilhões de reais para a conclusão de Itaparica. Infelizmente, na maior parte do tempo, a Chesf e a Codevasf não utilizaram estes recursos especificamente em benefício das camponesas e camponeses. Até mesmo, entre 1997 e 2002, foi realizada uma insidiosa ação de contra reforma agrária que penalizou ainda mais as camponesas e camponeses reassentados. Em muitos casos têm acontecido até tentativas de criminalização de dirigentes do Pólo por continuarem a lutar pelos direitos das camponesas e camponeses da região, o que inclui as reassentadas e reassentados.

Foram anos de muitas lutas, muitas conquistas, e de muitos desafios. Permanece o desafio de tornar Itaparica um projeto de reassentamento autogestionado pelas camponesas e camponeses reassentados e irrigantes. Isto inclui a gestão coletiva e cooperada dos perímetros irrigados, assim como a gestão das águas e do uso da energia. Há o desafio por ampliar a agroecologia como alternativa de produção e comercialização nesses perímetros. Também existe a necessidade de superar as estratégias de comercialização que deixam as camponesas e os camponeses reféns dos atravessadores. É uma necessidade, também, envolver a juventude, as filhas e os filhos dos reassentados irrigantes de Itaparica, em promotores dessas conquistas, não apenas como agricultores, senão como promotores de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Estes e outros desafios ficam abertos.

Itaparica é o maior projeto de investimento do governo federal no interior do Nordeste. Já modificou, por meio das lutas das camponesas e camponeses, até políticas do Banco Mundial. Agora, Itaparica tem que vencer mais uma vez. Concluir as obras eliminando todas as pendências técnicas, políticas e agrônômicas. Concluir com a realização do Bloco 2, em Petrolândia; da Jusante, em Glória; e do Itacoatiara, em Rodelas. Após 20 anos do Acordo de 1986, Itaparica ainda é a maior luta camponesa no sertão nordestino. Viva a conquista das camponesas e dos camponeses de Itaparica! Viva o seis de dezembro! Viva o Acordo!

Jorge Atilio Silva Iulianelli – Assessor político-pegadagógico do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco BA/PE e coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA.

## Depoimentos sobre os 20 anos de celebração do Acordo de 1986



“A luta do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco foi muito importante para o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), e muito educativa para nós também. Nós mostramos que tínhamos habilidade para organizar e mobilizar os trabalhadores rurais.

Hoje temos lutas que vão além da luta do assentamento de Itaparica. As ações hoje também envolvem a convivência com o semi-árido, atividades da Secretaria de Mulheres e Jovens. Essas ações são tanto para os reassentados de Itaparica como para o todo o semi-árido.

E para todas as trabalhadoras e os trabalhadores dos reassentamentos, assentamentos e do semi-árido digo que o Pólo Sindical é uma experiência viva da luta, e conta com a confiança de todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Submédio São Francisco.”

*Elizardo Falcão,*

*reassentado do Projeto Brígida e Conselheiro Fiscal da Cooperança.*



“Comemoraremos, no dia 06 de dezembro 20 anos do Acordo de 1986. Nós, do Pólo Sindical, já passamos por altos e baixos nesses anos.

No princípio nós achávamos que com a conquista

todos os problemas estariam resolvidos e o Acordo seria cumprido em 1988, como acordado. Porém, nem todos os projetos foram concluídos. E os projetos implantados apresentaram problemas novos, alguns que ainda são pendências, como produção e comercialização. A demora da implantação dos projetos foi um empecilho e ainda a baixa qualidade das terras para a produção. Por causa disso precisaremos sempre de subsídios para a produção, o que afeta a sustentabilidade.

Depois veio a segunda fase, que foi o período de privatizações. No governo de Fernando Henrique Cardoso tivemos a criação dos GERPIS, que era uma tentativa de privatização da Chesf. O GERPI foi o movimento de Contra Reforma Agrária e convenceram alguns trabalhadores a receber uma compensação financeira em troca das terras. Os trabalhadores, após algum tempo, retornaram para as agrovilas ou estão no MST,

pois perderam o direito à terra.

Ainda temos a terceira fase iniciada no primeiro mandato de Lula, que voltou atrás na decisão do Governo de FHC e assumiu o compromisso de concluir os projetos não implantados. Ainda temos lentidão no processo, porém temos facilidade de dialogar e negociar. Hoje, temos a autogestão em discussão na pauta política. A Transferência de Gestão é uma nova etapa que foi iniciada em 2000 e agora volta à pauta. A transferência será da gestão dos Reassentamentos de Itaparica para serem geridos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores Rurais em que irão gerenciar os projetos de irrigação.

A transferência ainda não aconteceu e precisamos discutir como será o processo de transferência, como os trabalhadores e as trabalhadoras irão gerir os projetos. Pois devemos avaliar como nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais, devemos agir e qual a responsabilidade do governo neste processo. Devemos analisar quais os papéis nesta autogestão.

No início da luta do Pólo Sindical nós tínhamos duas lutas: a barragem de Itaparica e a grilagem. Aconteceram alguns casos de grilagem em Paulo Afonso, Macururé e Ribeirinha. A grilagem era uma linha de enfrentamento que, felizmente, passou na região. Outra linha de ação que temos é o trabalho geracional. Realizamos trabalho de formação com a juventude. E a convivência com o semi-árido, a transposição do rio São Francisco e a construção de novas barragens. Novas lutas que apontam para o Movimento Sindical e, principalmente, para o Pólo Sindical.”

*Ademar Fagundes Vieira*

*Secretário de Formação e Comunicação do Pólo Sindical.*



“Foram 20 anos de rica experiência, com avanços e retrocessos. Nós aprendemos muito. Tivemos um retrocesso no Governo do FHC e hoje temos uma herança: a divergência. As divergências foram fomentadas durante o governo FHC e ficamos, hoje, com essa herança e muito aprendizado.

Atualmente vivemos uma conjuntura propícia e não estamos nos beneficiando como poderíamos. O governo nos dá abertura para avançar nas questões e temos que aproveitar este momento.

A autogestão é a nova questão a ser discutida, como o pagamento da água nos lotes de irrigação. Temos que superar as divergências fomen-

tadas e avançar na luta.

Temos que ter fé e otimismo. Precisamos pensar nos nossos direitos e também nos nossos deveres como cidadãos. Precisamos ter fé e perseverança sempre!”

*Jorge de Melo e Silva*

*Suplente da Coordenação Pólo Sindical*



“Nos anos 70 e 80 eu era quase um menino. Nem tanto, mas lembro que tínhamos muito orgulho em resistir. Apesar do contexto político que vivíamos, a ditadura militar, esse detalhe dava

um gostinho todo especial. Lutar para garantir a permanência na terra e o futuro dos filhos. Nesse caso eu era filho, ainda solteiro, sem muita responsabilidade (família para criar), podia viajar à disposição do movimento. A incerteza daquele tempo foi transformada em garra, coragem, etc... Resumindo: a luta foi o grande combustível que nos trouxe até aqui.

**Hoje?** Apesar de tantas conquistas, parece muito pouco para a nova geração que era filho ou filha agricultor familiar ribeirinho atingido por barragem. Agora são pais ou mães de famílias que estão chamados à responsabilidade. A terra tão desejada, disputada a ferro e fogo, agora está na mão da grande maioria desses meninos e meninas que sequer sabem como conseguiram tão precioso bem.

O maior desafio agora é o da produção, comercialização, gerenciamento do lote, integração da produção irrigada com sequeiro, fazer com que essas conquistas tenham vida longa. E passem a outras gerações.

Um oásis foi criado em meio à caatinga. Não permitir que se transforme em deserto ou que saia de nossas mãos é questão de vida ou morte.

São poucos os que têm o sentimento de propriedade da terra. Esse capítulo tão recente da história regional parece não interessar muito a essa geração. Que vive o imediato, produzir, vender a qualquer preço, comprar moto ou carro novos, etc... E o futuro? À Deus pertence!

O movimento sindical? Ah!... Este sim, precisa de analista e está numa profunda crise de identidade.”

*Assures da Silva Santos*

*Suplente da Coordenação Pólo Sindical*

### EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

#### Secretário Executivo de KOINONIA

Rafael Soares de Oliveira

#### Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim

Jorge Atílio Silva Lulianelli

#### Assistentes Editoriais

Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

#### Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

#### Redação e Revisão

Helena Costa | Manoela Vianna

#### Diagramação e Impressão

Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ

Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016

e-mail: trd@koinonia.org.br

site: www.koinonia.org.br